

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO FAMILIAR E INFÂNCIA NAS *SIETE PARTIDAS* DE ALFONSO X, O SÁBIO

Gabriella Sontag Neves
Jaime Estevão Reis

RESUMO

O presente texto tem como objetivo discutir a visão medieval de infância e organização familiar na Idade Média, especialmente no contexto castelhano-leonês do século XIII. Será utilizado como fonte, a obra jurídica *Las Siete Partidas*, de Alfonso X, o Sábio (1221-1284), que estabelece alguns princípios e leis para a criação e formação dos infantes. A concepção medieval de infância em alguns pontos se difere da atual, e em outros, se aproxima, mas a proteção da criança era uma prioridade. Os infantes deviam ser protegidos e cuidados por pessoas preparadas e de linhagem nobre, sendo a participação de babás e tutores, fundamental para que os infantes aprendessem os costumes e maneiras necessários para a vida na corte.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Infância. Família. Siete Partidas. Idade Média.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo busca observar o contexto familiar da criança na Idade Média, pois era no seio da família que ocorriam os primeiros ensinamentos. A família era a base fundamental de formação da criança, especialmente, dos filhos da nobreza. Para compreender o papel da família, será preciso, em primeiro momento, compreender a constituição da família medieval: o casamento, as relações familiares, a concepção e nascimento das crianças, também os cuidados e tratamento dispensados às crianças. A família medieval era responsável por toda a formação da criança durante os primeiros anos de vida, principalmente a mulher, mãe, madrasta ou outra parente do sexo feminino, que deveriam ensinar as regras de comportamento no contexto social em que viviam.

Colin Heywood (2001) defende que, por ser uma construção social, o entendimento que cada grupo tem da infância varia de acordo com o tempo e espaço. O Ocidente moderno vê as crianças como seres em desenvolvimento, com estruturas únicas de pensamento e que devem ser tratadas de forma diferenciada. No século XIII não se tinha esta concepção, embora se compreendesse as crianças como seres em formação. Neste sentido, desde o nascimento havia a preocupação em garantir que os filhos e filhas da nobreza fossem cuidados para que, no futuro, ocupassem seu lugar com a altivez e honra que sua posição merecia. As crianças eram cercadas de babás, amas de leite e tutores, além de convirem com os filhos de outros nobres. Cuidados que, na concepção da nobreza medieval, poderiam garantir a educação e preparação almejadas.

Como fonte para esta reflexão, será utilizado o código jurídico, as *Las Siete Partidas*, do monarca castelhano-leonês Alfonso X, o Sábio (1252-1284), marco da história do direito hispânico medieval. Ao tratar dos filhos dos nobres, e especialmente dos infantes, esta fonte, entre muitos outros assuntos, define a forma como o rei deve tratar e educar seus filhos e demonstra que havia uma grande preocupação com a educação e o comportamento dos infantes no século XIII.

2. A FONTE

A obra jurídica *Las Siete Partidas*, de autoria do rei de Castela e Leão Alfonso X, o Sábio (1221-1284), é considerada uma das obras jurídicas de maior importância da Idade Média e o maior legado da Espanha para a História do Direito. Observando o contexto social da época afonsina, as *Siete Partidas* surgiram como uma tentativa de unificar as leis de todos os territórios governados pela Coroa de Castela no século XIII.

Fernando III (1201-1252), pai de Alfonso X, unificou os reinos de Castela e Leão em 1230, com o apoio de sua mãe Berenguela de Castela. A rainha fora casada com o rei de Leão, Alfonso IX, mas o casamento fora anulado pela Igreja em função do parentesco dos noivos, após o nascimento Fernando III. Em função da morte acidental do herdeiro de Castela, Berenguela se tornara a rainha, e pouco tempo depois abdicara em nome de seu filho, herdeiro também do reino de Leão. Através da diplomacia, a rainha-mãe conseguiu que as herdeiras de Alfonso IX, que havia falecido e deserdado Fernando, abdicassem em favor do irmão, o tornando rei de Castela e Leão (MORETTI, 2015; REIS, 2007).

Após a unificação, Fernando III retomou a guerra de Reconquista, tomando territórios dos árabes, colocando sob seu governo e fazendo acordos de vassalagem com califados, o que aumentou seus domínios na Península Ibérica (MORETTI, 2015, p. 37-47). Alfonso X, coroado em 1252, após a morte de seu pai, herdou um grande território unificado, porém, com leis e costumes diferentes, dado o histórico de fragmentação anterior.

As *Siete Partidas* são assim denominadas, porque a obra se divide em sete partes, sete conjuntos de leis classificados por assunto. A *Primeira Partida* trata de assuntos relacionados à Igreja e à religião cristã; a *Segunda Partida* se refere ao rei, sua família e à nobreza; a *Terceira Partida* a respeito das leis e seus executores; a *Quarta Partida* sobre os casamentos e filhos, e sobre os servos; a *Quinta Partida* trata sobre os empréstimos e contratos; a *Sexta Partida*, a respeito dos testamentos, e a *Sétima Partida* trata dos delitos e crimes.

O tema desta discussão insere-se na *Segunda Partida*, que aborda as relações do rei com sua família. Explicita o pensamento de Alfonso X e dos juristas de sua Corte, acerca do comportamento do rei e da nobreza que o cercava. Especificamente, o Título VII, “Como o rei deve se portar com seus filhos, e eles com o mesmo”¹, refere-se aos filhos legítimos do rei, os Infantes da Espanha. As leis contidas neste título se referem ao tratamento dispensados aos infantes, sua educação, maneiras de se portar, a higiene, etc, e o que o rei precisa ensinar a eles, como devem ser as babás das filhas do rei e como as meninas devem ser protegidas e preparadas para o casamento.

Fica claro que há uma preocupação com a educação dos príncipes e princesas, se busca estabelecer um padrão de tratamento para os filhos dos monarcas, para que eles sejam admirados e respeitados. Entende-se que os filhos são o reflexo de seus pais, e os filhos do rei precisavam ser duplamente educados e corteses, e que se evitasse comportamentos deselegantes. Buscava-se uma formação completa desde o começo da vida, para que pudessem servir ao rei e ao reino, tanto como futuros reis, quanto como nobres, e as meninas, preparadas como futuras esposas para a nobreza local e a realeza estrangeira.

Portanto, apesar de um entendimento diferente do que hoje se compreende por ‘infância’, na Idade Média havia uma preocupação com a criação e educação das crianças, já que elas eram as responsáveis pela continuidade da linhagem e da família. A relação familiar é fundamental para a compreensão da infância e juventude no contexto medieval, já que é através da família que as crianças tinham o primeiro contato com o mundo exterior e adquiriam os valores fundamentais à sociedade medieval.

3. A FAMÍLIA MEDIEVAL

Na Idade Média, a questão da linhagem passou a ser o centro da família e dos laços pessoais, a chamada ‘família de sangue’ chegava a ser mais importante do que os vínculos de vassalagem e suserania (BARTHÉLEMY, 2009, p. 94-96). A linhagem era fundamental à legitimação do poder das famílias nobres e o poder e autoridade eram transmitidos pelo nascimento, mantendo as estruturas imaginárias que compreendem o período, como o da sociedade tripartite, assim, um nobre possuía o direito de exercer a violência e de governar porque estava em seu sangue (MATTOSO, 2011).

¹ Cuál debe el rey ser a sus hijos, e ellos a él (PARTIDA II, T. VII).

O cristianismo ajudou a construir uma mentalidade na qual os filhos deveriam ser vistos como bênção e presente de Deus, e a infertilidade, como uma punição. Diversos casos na Bíblia relatam como mulheres inférteis foram presenteadas com filhos na velhice como uma dádiva por sua fé, como Sara, esposa de Abraão, patriarca de Israel, de acordo com a Bíblia, Gênesis, cap. 16-17 (BÍBLIA, 2012, p. 20-22), e outras mulheres foram punidas com esterilidade, como o caso de Mical, esposa do Rei Davi, que desprezou o marido e fora punida a morrer sem filhos (BÍBLIA, 2012, p. 429.)

A fertilidade deveria ser comemorada como mais que uma bênção, também era uma prova da aliança que Deus fez com seu povo, na qual prometeu a Abraão que sua linhagem procederia reis (BÍBLIA, 2012, p. 21). O rei governava porque era seu direito de linhagem, os nobres eram nobres porque seu sangue, sua linhagem, lhes conferia nobreza e honra. O casamento reflete essa valorização da linhagem, como a própria obra *Siete Partidas* demonstra:

E por isso o rei deve cuidar para que aquela com quem se casar tenha quatro coisas: a primeira que venha de boa linhagem; a segunda, que seja bonita; a terceira, que tenha bons costumes; e a quarta, que seja rica, pois quanto melhor a linhagem dela for, mais honrado será o rei e os filhos que ela tiver serão mais nobres e bem considerados (ALFONSO, X, 2004, p. 205).

Para se assegurar da linhagem, as mulheres deveriam ficar enclausuradas em espaços reservados para elas, onde os homens possuíam acesso restrito e supervisionado. Essa proteção era porque o poder simbólico da nobreza estava no fato do sangue garantir a influência e prestígio para as famílias, e, por isso, o casamento era fundamental para preservar a linhagem de forma controlada pela nobreza, sendo uma união contratual e indissolúvel que tornava a herança compartilhada apenas pelos filhos legítimos, assim evitando uma maior divisão das propriedades (LE GOFF, 2007, p. 81-82).

Muitos fatores eram levados em consideração na busca de uma esposa para o rei, ou futuro rei, não apenas porque ela se tornará rainha, mas porque ela é responsável pela continuação da linhagem do rei. O sangue, a linhagem, transmite não apenas a legitimidade do poder, mas também características de personalidade como bondade, coragem, sabedoria. Os príncipes e princesas eram considerados bons e sem maldade primeiramente por conta de sua linhagem, o dom que veio do sangue real, e justamente por conta de seus dons o rei deveria amar e cuidar dos filhos, já que estes eram imaculados.

Outra questão de fundamental importância para a manutenção do poder era a da legitimidade. De nada valia o sangue real e a linhagem se não houvesse uma legitimidade que

garantisse o direito ao poder. Desta forma, se mantinha um controle sobre a dilapidação dos bens e títulos para que a nobreza não se tornasse muito dispersa ou perdesse sua influência.

O casamento possuía uma dupla finalidade: as alianças e a descendência. As mulheres que, voluntariamente, se recusavam a casar-se e ter filhos, eram vistas como não naturais, e a esterilidade uma maldição. A descendência, principalmente a masculina, era vista como um presente de Deus (HERRERO, 1998, p. 224-226).

O nascimento e a gravidez eram assuntos das mulheres, uma série de ‘ritos’ eram feitos para que a gravidez fosse levada a termo, se utilizava amuletos para proteção da mãe e do bebê. A cesárea era conhecida, mas quase nunca realizada em mulheres vivas, pois era quase uma condenação à morte por infecção. A mortalidade tanto das mulheres quando dos bebês era alta e o parto era um momento muito delicado nas condições de higiene da época, e doenças por infecções eram causas comuns de morte de puérperas, e, também, por conta do grande risco de morte, o batismo era realizado logo após o parto (MARTÍN, 2011).

Muitas poderiam ser as causas de morte dos bebês, eles eram fisicamente muito frágeis e suscetíveis a acidentes domésticos (HERRERO, 1998), e as doenças comuns da época eram frequentemente letais, como a diarreia (MITCHELL, 2007). Assim que as os bebês começavam a se sentar e engatinhar passavam a frequentar mais o mundo dos adultos e principalmente o espaço feminino, onde elas brincavam e aprendiam as primeiras coisas fundamentais, como a língua materna (HERRERO, 2004, p. 37-39).

4. A CRIANÇA NA IDADE MÉDIA

A concepção de infância na Idade Média difere do conceito moderno de infância, mesmo assim, possui suas características e não deixa de ser um período no qual a criança necessita de cuidado e atenção especial dos pais ou cuidadores, fossem eles, os irmãos, um parente, vizinhos, tutores ou babás, no caso dos mais ricos. O costume da mãe segurar a criança no peito, ninar, cantar músicas e amamentar, era o cotidiano e as mulheres que não o faziam com seus filhos, eram julgadas como antinaturais e violentas, no caso das famílias abastadas, era preciso garantir que a criança estava sendo bem cuidada pelas babás (MCLAUGHLIN, 1995).

A respeito da criação dos filhos, as *Siete Partidas* determinam que o rei deveria garantir que eles fossem muito bem cuidados, com bondade e integridade por duas razões principais: a primeira, segundo a natureza, já que até os animais que não possuem entendimento se desviam de seus caminhos para cuidar de seus filhotes, demonstrando que está na natureza das criaturas

proteger e cuidar de seus pequenos. A segunda razão, era, de acordo com o entendimento, que os filhos do rei, ao serem criados com gentileza e bondade, se tornarão mais nobres e isso é bom porque os príncipes e princesas devem dar o exemplo de como agir para os outros (ALFONSO, X, 2004, p. 207).

Por outro lado, se considerava que os filhos possuíam uma dívida com os pais por terem ganhado a vida, e era uma dívida que ia além do mundo do plano terreno, e se estendia para o mundo de Deus. Os pais davam aos filhos a essência vital da vida e legavam uma herança, fosse material ou imaterial, como educação, que os filhos levariam por toda a vida, e dessa forma, também por toda a vida, os filhos deveriam amar, respeitar e obedecer aos pais (PRUDENTE, 2016).

Esta dívida de natureza também está presente na Bíblia e na Torá, nos Dez Mandamentos: “Honra teu pai e tua mãe, a fim de que tenhas vida longa na terra que o Senhor, o teu Deus, te dá” (BÍBLIA, 2012, p. 107), assim se percebe que não é uma construção apenas do período, e sim, que está presente na mentalidade judaico-cristã tanto a obediência quanto o amor aos pais. Para as religiões abraâmicas, os Dez Mandamentos formam as regras pelas quais os fiéis devem viver suas vidas seguindo, sem se desviar, a fim de se alcançar a vida após a morte no paraíso.

Além da questão da natureza, há a questão do entendimento. Nesta, é preciso compreender que as crianças refletem seus pais, bons pais geram bons filhos, isso está ao mesmo tempo ligado ao conceito de linhagem no qual as características são passadas pelo sangue. Isso vale para a educação que as crianças recebem em casa, assim, ter um filho bem-educado significava que tal educação fora aprendida em casa, no seio da família.

Os infantes deveriam ser muito bem-educados, justos, generosos, bondosos, inteligentes, e bonitos. Desta forma, era preciso que desde o início da vida esses infantes recebessem a melhor educação, os melhores tutores, as melhores nutrizes, para que seu comportamento, seus modos e sua sabedoria fossem aperfeiçoados para que seus pais fossem vistos através de suas ações, tornando-se assim, mais dignos e respeitados.

De acordo com a Segunda Partida, o rei também deveria:

Proteger seus filhos de duas maneiras: a primeira, não deixar que lhes façam ou lhes digam mentiras, para que não diminuam sua bondade ou sua honra; a segunda, que não consentam que eles digam ou façam coisas que resultem em mal, nem que lhes

cause danos, pois todo o amor e educação que dissemos nas outras leis não valeriam de nada, se fosse feito de outra forma (ALFONSO, X, 2004, p. 207)².

A proteção não é apenas física, mas espiritual, além de cuidar para que os infantes estejam fisicamente saudáveis, também é dever do rei e da rainha garantir a segurança da honra e bondade de seus filhos, não permitindo que pessoas com más intenções se aproximem ou que eles cometam atos que vão contra a bondade.

Para cumprir tal objetivo, devido às ocupações dos monarcas, era fundamental que as pessoas encarregadas dos cuidados com os infantes, fossem experientes, zelosas, de boa índole, e fisicamente capazes de desempenharem a função. Era comum no período, que os filhos da nobreza fossem entregues para que outras mulheres os amamentassem, e diversos fatores explicam isso, como a temporária infertilidade das mulheres na fase de amamentação, e em um contexto de grande mortalidade infantil, era esperado que a rainha desse à luz seguidamente, para que os filhos chegassem à idade adulta, e amamentar pode tornar uma mulher temporariamente infértil. Além disso, as rainhas tinham diversas obrigações, e cuidar dos filhos demandaria um tempo excessivo, por isso, a necessidade de contar com babás e amas, para que cuidassem dos infantes.

Nos primeiros anos da vida da criança, sua principal fonte de alimento seria o leite materno, ou de outra mulher que a amamentasse, leite de animais como cabras e vacas não eram amplamente usados pois acreditava-se que causavam doenças. O período em que as crianças mamavam era maior na Idade Média do que nos dias atuais, mesmo que a comida sólida fosse introduzida na alimentação, o principal alimento continuava a ser o leite até cerca dos três ou quatro anos (GREENLEAF, 1978, p. 30-31).

Se pensava que, através do leite, passavam qualidades para a criança, por isso a ama de leite não podia ser qualquer mulher, ela era escolhida entre a nobreza e não podia ser judia ou muçulmana (ARROÑADA, 2011, p. 137-143). As Partidas demonstram que era preciso um especial cuidado ao escolher a nutriz responsável por amamentar e cuidar dos bebês, como por exemplo, que ela seja saudável, de bons costumes e boa linhagem, para que os infantes não fossem infectados por alguma enfermidade ou que adquirissem maus costumes (PARTIDA II, T. VII, L. III).

² Guardar a sus hijos en dos maneras: la primera que no hagan contra ellos ni les digan cosa que sin razón sea, por la que ellos menguasen en su bondad ni en su honra; la segunda, que no consientan a ellos que hagan ni digan cosa que les este mal, ni de la que les venga daño, pues todo el amor ni la crianza que dijimos en estas otras leyes no les valdría nada, si la de esta manera no fuese (ALFONSO, X, 2004, p. 207).

A ama era uma pessoa muito importante na dinâmica da família medieval, já que ela passava mais tempo com as crianças do que a mãe e o pai, ao menos no início da vida delas, por isso, deveria ser escolhida com cuidado e sabedoria. A rainha não poderia permitir que uma mulher sem linhagem e educação amamentasse seus filhos, correndo o risco de que as crianças aprendessem maus costumes, que tornariam os infantes menos nobre. Para amamentar os infantes, era costume contar com mulheres da nobreza, por acreditar-se que havia uma correspondência entre amamentação e linhagem. Portanto, a ama deveria ser uma mulher de boa linhagem deveria amamentar para que não se perdessem as boas qualidades da nobreza (ARROÑADA, 2011, p. 138).

Passada a fase da amamentação, que é quando a criança tem maior risco de padecer, ela já passa a integrar a vida social familiar normalmente, recebendo dos pais, principalmente da mãe, a primeira educação, a educação familiar. Nessa idade, as crianças já estão começando a falar e passam a receber instrução religiosa e moral.

Durante os primeiros sete anos, a criança passa seu tempo ao redor das mulheres, os homens raramente conviviam com as crianças menores, o trabalho muitas vezes era o motivo nas famílias camponesas e citadinas, entre a aristocracia, era o costume (GREENLEAF, 1978, p. 31-32).

A formação dos infantes deveria começar assim que eles possuíssem entendimento, e era função dos pais buscarem tutores para moldar o comportamento das crianças, pois:

[...] os jovens são mais capazes de aprender as coisas enquanto pequenos, como a cera mole quando põem o selo, que quando mais macia, mais rápido fica com a marca que está no selo. Mas se quiserem ensinar quando são mais velhos e começam a se casar, não é tão fácil, a não ser que eles tenham sido amolecidos com grande pressão primeiro, e ainda que aprendam assim, se esquecerão mais facilmente porque já estavam acostumados com outras coisas (ALFONSO, X, 2004, p. 208).

Os bons costumes e a etiqueta eram importantes, principalmente à mesa, porque as refeições representavam uma parte muito maior da interação social e do convívio com outras pessoas. Poemas eram recitados para ensinar as regras porque eram fáceis de serem lembrados, para que se fixassem na memória e se arraigassem no costume dos jovens. Seguir as normas de bom comportamento era fazer parte de um grupo aristocrático, os bons costumes os diferenciavam dos camponeses que não possuíam etiqueta (ELIAS, 1994, p. 75-76).

A cortesia diferenciava a aristocracia dos demais, o modo de falar, de montar a cavalo, e uma vida de ócio ou guerra ao invés do trabalho, os comportamentos refinados, eram formas que distanciavam a aristocracia dos demais. A cultura cavaleiresca demarca perfeitamente

como a cortesia era importante, a essência de um cavaleiro era sua boa educação e modos corteses, sejam eles em uma luta ou torneio ou para cortejar uma dama.

Os modos à mesa era uma das coisas que os infantes deveriam aprender: “E os sábios disseram que a primeira coisa que os tutores deveriam fazer os meninos aprenderem é que eles comam e bebam de forma limpa e bonita” (ALFONSO, X, 2004, p. 208). Esta mesma lei da *Segunda Partida* também menciona algumas regras e motivos para elas, como não colocar muito alimento na boca para não parecer guloso, mastigar bem o alimento para que não interfira no equilíbrio dos humores³, limpar as mãos com toalhas e não nas roupas pois estas se sujariam, entre outras recomendações.

Para os infantes, era fundamental que eles participassem da sociedade cavaleiresca, portanto, deveriam aprender os comportamentos corteses e reproduzi-los de forma que os demais se espelhassem em seus hábitos e gestos, motivo de orgulho para a família e para o rei.

Por volta dos sete anos⁴ começa a haver a separação dos meninos e meninas, as brincadeiras, os espaços que eles frequentam, os meninos passam muito mais tempo fora do quarto feminino e passam a ter treinamento militar, enquanto as meninas são desencorajadas a sair da casa para a área externa da propriedade e são ensinadas habilidades como bordado, fiar, o treinamento de dama, não apenas para o casamento, mas também para a administração da casa. Essa necessidade de demarcar claramente o gênero da criança era a razão de vestir as crianças com o mesmo estilo dos adultos, porque antes da puberdade não era muito fácil identificar o gênero e as roupas eram fundamentais (MITCHELL, 2007, p. 155-158).

Os pais que sabiam, ensinavam os filhos a ler e escrever, entre a nobreza havia o costume de contratar um professor que fosse até a casa para ensinar às crianças. Meninos e meninas recebiam uma educação diferenciada, moralistas defendiam que as meninas não recebessem nenhum tipo de educação, mesmo que a que elas tivessem acesso fosse bastante inferior à dos varões. As meninas nobres costumeiramente eram mandadas à corte para servir às princesas e rainha (MARTIN, 2011).

Aos 14 anos, idade considerada como o fim da infância propriamente dita, já que meninos e meninas podem se casar, inicia-se a próxima fase da Idade da Vida, na qual os jovens

³ Segundo a teoria hipocrática, o corpo humano possui quatro humores (sangue, fleuma, bile amarela e bile negra) que deveriam sempre estar em equilíbrio, as doenças eram causadas pelo desequilíbrio desses fluidos corporais e os tratamentos eram para reequilibrar os humores.

⁴ Segundo as Idades da Vida de Philippe Ariès, com sete anos a criança sai de sua primeira idade, (*enfant*) onde ela ainda não possui total domínio da fala, para a segunda idade (*puerita*), que dura até os quatorze anos (ARIÈS, 1973).

já eram considerados adultos, mesmo que a maioria fosse após os vinte e um anos. Os meninos que iriam ingressar na vida monástica, começavam os estudos como acólitos, e os que se tornariam cavaleiros podiam ser investidos após os dezesseis. Eles tinham maior liberdade, podiam beber, se envolver com prostitutas, dançar e se divertir nas cidades, participando de festas e festivais. Enquanto as meninas deveriam ter a virgindade preservada e raramente possuíam contato com homens de fora da família ou deixavam suas casas ou os gineceus reservados às mulheres, frequentemente nesta idade, elas estavam se casando e tendo filhos, assumindo plenamente seus papéis de adulta (MITCHELL, 2007, p. 162-166).

Philippe Ariès afirma que esse período é a Idade do amor, ou dos esportes, corte e cavalaria, onde os jovens comemoram as bodas, frequentam festas e passeiam, mas antes de terem as grandes responsabilidades de ser um adulto, como ir à guerra e pertencer à cavalaria. Não havia ainda uma concepção de adolescência, se passava da infância para a idade adulta porque a infância estava ligada à dependência dos pais, só deixaria de ser uma criança quando se alcançava um grau, mesmo que baixo, de independência (ARIÉS, 1973).

5. CONCLUSÃO

O conceito de infância como se compreende hoje é produto da sociedade e cultura contemporâneas, mas o entendimento de que a infância é um período em que a criança precisa de cuidados, e que a primeira formação deve ocorrer nos primeiros anos para moldar o seu caráter, é um entendimento que já existia na Idade Média. O que não havia era tempo e circunstâncias para que houvesse um período de inocência e preservação da criança do mundo, ela deveria, desde cedo, encarar a morte, os problemas da família e até o trabalho, se necessário.

Mesmo os infantes deviam ser preparados desde muito cedo, para assumirem o seu papel na sociedade cavaleiresca. Eles deveriam aprender a ler e escrever, e a ter bons modos. Os meninos aprendiam a andar a cavalo e lutar, as meninas, a administrar a casa e servos. O comportamento dos infantes deveria ser irrepreensível, pois eram filhos do mais nobre homem da corte, o rei.

As *Siete Partidas* mostram que havia preocupação com a formação dos infantes; em suas leis, se definem uma série de medidas que normatizam a criação, e os cuidados necessários à saúde e bem-estar dos filhos do monarca. Ainda que o rei e a rainha não participassem tão diretamente da criação dos infantes, eles eram entregues aos cuidados de amas e tutores, para que cuidassem de sua educação inicial, segundo os costumes da nobreza medieval.

A educação familiar dos filhos dos monarcas e um assunto abordado de forma peculiar nas *Siete Partidas*, a maior das obras jurídicas do monarca castelhano-leonês, Alfonso X, o Sábio. Os tutores deveriam proteger os infantes, zelar pela sua saúde e ensinar-lhes boas maneiras no comportamento cotidiano. Os infantes deveriam se comportar à mesa, falar com mesura e aprender gestos elegantes. Deveriam, ainda, ser protegidos de más influências conforme preconizava a cultura cavaleiresca. Enfim, deveriam ser preparadas para a vida na corte e para desempenharem o papel que lhes era reservado como filhos do monarca.

REFERÊNCIAS

ALFONSO X. **Las siete partidas**. El libro del fuero de las leyes. Introducción y Edición dirigida por José Sánchez-Arcilla Bernal. Madrid: Reus, 2004.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1973.

ARROÑADA, S. N. La infancia en la España medieval. *In*: RODÍGUEZ, Geraldo; ARROÑADA, Silvia; BAHR, Cecila; ZAPATA, Mariana (coord.). **Cuestiones de historia medieval**. Buenos Aires: Ediciones Selectus, 2010. v. 2, cap. 5. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/bitstream/123456789/10508/1/infancia-espana-medieval-arronada.pdf>. Acessado em: Fev, 2023.

BARTHÉLEMY, D. Quadros: Parentesco. *In*: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe. **História da Vida Privada**: Da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. cap. 2.

BÍBLIA SAGRADA: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2012. p. 1760

ELIAS, N. **O processo civilizador**. 2º. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GREENLEAF, B. K. **Children through the ages**: A history of childhood. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Company, 1978.

HERRERO, M. C. G. LAS ETAPAS DE LA VIDA. **Medievalismo**, (13-14), 2004. Disponível em: <https://revistas.um.es/medievalismo/article/view/51171>. Acessado em: Fev. 2023.

HERRERO, M. C. G. Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media. *In*: DUARTE, J. I. I. (Org.). **La vida cotidiana en la Edad Media**: VIII Semana de Estudios Medievales, Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 1998. p. 223-252. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=563907>. Acessado em: Fev. 2023.

HERRERO, M. C. G. Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media. **La vida cotidiana en la Edad Media**: VIII Semana de Estudios Medievales, Nájera, 1998.

HEYWOOD, C. **A History of Childhood**: Children and Childhood in the West from Medieval to Modern Times. Cambridge: Polity Press, 2001.

LEGOFF, J. **Raízes Medievais da Europa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007

MARTÍN, F. J. E. La vida familiar e infantil durante la Baja Edad Media. **Temas para la Educación**, Sevilla, n. 17, Novembro 2011. Disponível em: <https://www.feandalucia.ccoo.es/docu/p5sd8741.pdf>. Acessado em: Fev. 2023.

MATTOSO, J. Introdução: Legitimação e linhagem, *e-Spania* [Online], 11 | jun 2011, posto online no dia 25 maio 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/20258>. Acessado em: Fev. 2023

MCLAUGHLIN, M. M. Survivors and Surrogates: Children and Parents from the Ninth to the Thirteenth Centuries. In: DEMAUSE, L. (ed.). **The History of Childhood**. New Jersey: Jason Aronson INC., 1995. cap. 3.

MITCHELL, L. E. **Family life in the Middle Ages**. Westport: Greenwood Press, 2007.

MORETTI, A. J. **Teoria e prática da guerra no reinado de Fernando III (1217-1252)**. Orientador: Jaime Estevão dos Reis. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PRUDENTE, L. T. Relação paterno-filial nas Siete Partidas de Afonso X (1252-1284): Ordem, retribuição e exercício do poder. **EMBORNAL**: Revista Eletrônica da ANPUH-CE, [s. l.], v. 7, n. 14, p. 180-204, 21 dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3410/2877>. Acessado em: Fev. 2023.

REIS, J. E. R. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)**. 2007. 250 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.